



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Henrique Barbosa Filho

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 12 (dez. 2010). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central, em dezembro, foi superavitário em R\$ 14,4 bilhões, contra R\$ 1,0 bilhão em novembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,8 bilhões. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central também apresentaram superávits de, respectivamente, R\$ 3,5 bilhões e R\$ 152,6 milhões.

O resultado primário do Governo Central em dezembro de 2010 foi superavitário em R\$ 14,4 bilhões, contra R\$ 1,0 bilhão em novembro.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	NOV 2010	DEZ 2010	JAN-DEZ 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	71.091,4	97.919,3	739.304,5	919.773,3
I.1. Receitas do Tesouro	53.040,9	66.913,3	555.053,8	705.297,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	54.152,0	67.554,1	569.846,0	719.530,9
I.1.1.1. Impostos	24.532,9	32.025,3	258.170,3	296.455,4
I.1.1.2. Contribuições	21.111,0	27.162,8	212.514,0	249.829,5
I.1.1.3. Demais	8.508,1	8.366,0	99.161,7	173.246,1
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	74.807,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.111,2	-640,8	-14.737,4	-14.134,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	17.920,1	30.523,7	182.008,4	211.968,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	17.505,6	30.030,5	177.444,3	207.154,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	414,5	493,2	4.564,1	4.814,4
I.3. Receitas do Banco Central	130,4	482,3	2.242,2	2.507,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.638,8	16.713,8	127.683,8	140.678,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	58.452,5	81.205,5	611.620,7	779.095,0
IV. DESPESA TOTAL	57.423,8	66.764,8	572.184,3	700.128,7
IV.1. Despesas do Tesouro	34.797,1	39.386,2	344.436,1	442.242,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	14.974,2	18.724,0	151.652,8	166.486,4
IV.1.2. Custeio e Capital	19.717,1	20.522,8	191.603,8	274.514,4
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.651,2	2.474,4	27.433,0	30.310,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	91,6	249,6	5.189,8	7.845,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.900,8	1.902,1	18.946,0	22.234,2
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	42.927,8
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.073,5	15.896,7	140.034,9	171.196,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	11.355,2	8.612,3	105.898,1	124.089,6
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.718,3	7.284,4	34.136,7	47.106,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	105,8	139,4	1.179,5	1.242,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	22.344,6	27.048,9	224.876,4	254.858,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	17.312,4	21.247,4	175.831,8	199.386,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.032,2	5.801,5	49.044,6	55.472,6
IV.3. Despesas do Banco Central	282,1	329,6	2.871,8	3.027,4
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.028,7	14.440,7	39.436,4	78.966,3
VI.1. Tesouro Nacional	5.604,9	10.813,2	82.933,9	122.376,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-4.424,4	3.474,8	-42.867,9	-42.890,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	193,3	8.783,1	1.612,5	7.768,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.617,7	-5.308,3	-44.480,5	-50.658,1
VI.3. Banco Central (6)	-151,8	152,6	-629,6	-519,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,24%	2,16%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-DEZ %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	3,2%	24,4%
Tesouro	0,7%	27,1%
Previdência	11,4%	16,5%
Transferências	-4,1%	10,2%
Receita Líquida	4,8%	27,4%
Despesas	14,9%	22,4%
Benefícios	12,7%	13,3%
Pessoal	15,9%	9,8%
Custeio, Capital e Outros*	16,8%	43,3%
FAT	30,5%	10,5%
Subsídios	-13,2%	51,2%
LOAS/RMV	18,1%	17,4%
Outras	15,7%	22,3%
Custeio	14,2%	17,2%
Capital	20,8%	38,0%
PIB	5,1%	14,8%

*Inclui Capitalização da Petrobras

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 13,4 bilhões (24,7%), passando de R\$ 54,2 bilhões em novembro para R\$ 67,6

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receita Total	23,21%	25,15%
Transferências	4,01%	3,85%
Receita Líquida	19,20%	21,30%
Despesa Total	17,96%	19,14%
Resultado Primário	1,24%	2,16%

bilhões em dezembro. Essa evolução decorreu principalmente dos seguintes fatores: i) crescimento das receitas decorrentes do PIS/Pasep (R\$ 4,2 bilhões, 126,4%), do IRPJ (R\$ 3,2 bilhões, 59,0%) e da CSLL (R\$ 1,1 bilhão, 37,7%), refletindo arrecadação atípica em dezembro; ii) crescimento de R\$ 3,8 bilhões (239,0%) das receitas do IRRF – Rendimentos do Capital, devido à apuração semestral sobre as aplicações financeiras em fundos de renda fixa com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei nº 10.892/2004); iii) crescimento de R\$ 1,0 bilhão (51,9%) nas receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos e fundações; iv) crescimento de R\$ 639,8 milhões (5,0%) na arrecadação de Cofins; e v) crescimento de R\$ 579,7 milhões nas receitas de concessões. Por outro lado, houve queda de R\$ 1,1 bilhão (113,6%) nas outras receitas.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 16,7 bilhões em dezembro, contra R\$ 12,6 bilhões no mês anterior, representando um crescimento de 32,2%, devido aos seguintes fatores: i) transferências constitucionais registrando R\$ 14,1 bilhões em dezembro, com incremento de R\$ 4,7 bilhões (49,3%) frente a novembro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de novembro, que repercute nas transferências de dezembro; ii) repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002 superiores em R\$ 487,5 milhões aos do mês anterior, comportamento explicado pelo pagamento da 4ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações estabelecido pela Medida Provisória nº 501/2010; e iii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (56,4%) do repasse referente a *royalties* e participação especial, explicado pela arrecadação trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural, repassada em novembro para os entes subnacionais, sem correspondente em dezembro.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/10	DEZ/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.476,3	14.144,6
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	650,0
Demais	3.000,0	1.919,2
Total	12.638,8	16.713,8

¹ Inclui auxílio financeiro

Os gastos com pessoal e encargos cresceram R\$ 3,7 bilhões, principalmente em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário dos servidores do Poder Executivo.

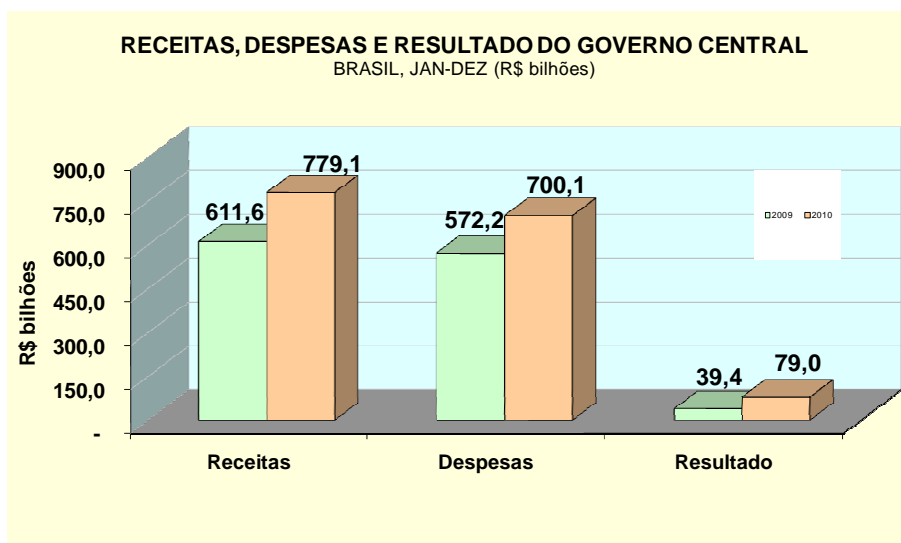
Do lado dos dispêndios, verificou-se no mês crescimento de R\$ 4,6 bilhões (13,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a novembro. Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram R\$ 18,7 bilhões (crescimento de R\$ 3,7 bilhões, 25,0%) principalmente em função do pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro salário dos servidores do Poder Executivo. As despesas discricionárias aumentaram R\$ 20,7 milhões, com destaque para o crescimento dos gastos dos ministérios da Defesa (R\$ 1,4 bilhão, 3,6%) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 108,6 milhões, 129,6%), compensado pelo decréscimo nos ministérios da Saúde (R\$ 545,7 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 161,6 milhões). Houve aumento de R\$ 823,2 milhões (46,0%) nos investimentos do PAC, que chegaram a R\$ 2,6 bilhões em dezembro contra R\$ 1,8 bilhão no mês anterior.

A Previdência Social apresentou, em dezembro, superávit de R\$ 3,5 bilhões, contra déficit de R\$ 4,4 bilhões apurado em novembro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 12,6 bilhões (70,3%). Esse aumento foi decorrente da arrecadação total das contribuições previdenciárias sobre a folha salarial relativas ao 13º salário.

Por sua vez, os benefícios previdenciários aumentaram R\$ 4,7 bilhões (21,1%). Essa elevação explica-se, sobretudo, pelo pagamento, em dezembro, da segunda e última parcela do abono equivalente à gratificação de Natal a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 8,8 bilhões no mês, contra R\$ 193,3 milhões em novembro. O déficit da parcela rural foi de R\$ 5,3 bilhões no mês, contra R\$ 4,6 bilhões em novembro.

No acumulado de 2010, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 79,0 bilhões (2,16% do PIB), contra R\$ 39,4 bilhões (1,24% do PIB) registrados em igual período de 2009 (aumento de 0,92 p.p.). Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 2,10 p.p, enquanto as despesas totais elevaram-se em 1,18 p.p.

No acumulado de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,16% do PIB, 0,92 p.p. superior ao mesmo período de 2009.



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,60%	3,35%
Previdência Social	-1,35%	-1,17%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	1,24%	2,16%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 149,7 bilhões (26,3%) relativamente ao acumulado do ano de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo à Petrobras; ii) incremento de R\$ 21,8 bilhões (18,5%) na Cofins e de R\$ 8,8 bilhões (27,7%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; iii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 9,2 bilhões, 30,0%) refletindo alterações na legislação tributária e crescimento da produção industrial; iv) incremento de R\$ 7,6 bilhões (14,7%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido à variação da massa sala-

rial e à alteração de incidência do IRPF determinada pela Lei nº 11.945/2009; v) crescimento da arrecadação de IOF (R\$ 7,4 bilhões, 38,2%) refletindo alterações na legislação tributária e crescimento no volume das operações de crédito; vi) crescimento de R\$ 5,0 bilhões (25,8%) na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; vii) aumento de R\$ 3,8 bilhões (16,3%) nas receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos e fundações; viii) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (60,3%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, em função do aumento de alíquotas e da compensação de débitos ocorrida em 2009; ix) decréscimo de R\$ 4,6 bilhões (26,5%) em outras receitas, devido, entre outros fatores, a ingresso de receitas de depósitos judiciais e extrajudiciais e pagamentos de parcelamentos instituídos por legislação pertinente, ocorridos em novembro de 2009, sem correspondência em 2010; e x) redução de R\$ 4,3 bilhões (16,0%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 13,0 bilhões (10,2%) no ano de 2010, frente ao ano de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 8,2 bilhões, 8,4%) e os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,3 bilhões, 26,8%). Também houve crescimento dos repasses da CIDE, da ordem de R\$ 813,3 milhões (84,5%), devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/PI/out.)	3,06%	2,89%
CIDE-Combustíveis	0,03%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,12%	0,11%
Demais	0,79%	0,80%
Total	4,01%	3,85%

¹ Inclui auxílio financeiro

No acumulado até dezembro de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 97,8 bilhões (28,4%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) despesa com operação de capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida no ano de 2009; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 18,0 bilhões (16,3%), com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões), da Defesa (R\$ 3,2 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 2,6 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 568,7 milhões); iii) crescimento de R\$ 14,8 bilhões (9,8%) nas despesas com pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores e do pagamento de passivos judiciais e administrativos do Poder Judiciário e MPU em maio (R\$ 721,8 milhões); iv) aumento de R\$ 5,8 bilhões (206,4%) nos créditos extraordinários; v) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram de R\$ 23,3 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009 (99,5%); e vi) aumento de R\$ 3,3 bilhões (17,4%) nas despesas com LOAS e RMV, explicada pelos reajustes do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos.

Cumprir salientar o incremento de R\$ 13,0 bilhões (38,0%) dos investimentos no ano de 2010 relativamente ao ano de 2009, e de R\$ 4,1 bilhões (23,1%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, no acumulado do ano de 2010, o déficit da Previdência Social manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 30,0 bilhões (16,5%), explicada, sobretudo, pelo aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 30,0 bilhões (13,3%), explicado pelo aumento no valor médio dos benefícios, em função do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, bem como pelo aumento na quantidade média de benefícios pagos pela Previdência. Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,17 p.p. no déficit previdenciário. Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 7,8 bilhões, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 50,7 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 67,6 bilhões em dezembro contra R\$ 54,2 bilhões verificados em novembro (aumento de 24,7%). Este comportamento é explicado pelo crescimento de R\$ 7,5 bilhões (30,5%) na arrecadação de impostos e de R\$ 6,1 bilhões (28,7%) na de contribuições, parcialmente compensada pela redução de R\$ 142,1 milhões (1,7%) nas demais receitas.

Em dezembro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 32,0 bilhões e as de contribuições R\$ 27,2 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 13,5 bilhões (29,7%) em relação aos valores apurados em novembro. Essa evolução reflete sobretudo: i) o crescimento de R\$ 4,2 bilhões (126,4%) de PIS/Pasep, de R\$ 3,2 bilhões (59,0%) na arrecadação de IRPJ, e de R\$ 1,1 bilhão (37,7%) na de CSLL, devido à arrecadação atípica desses tributos ocorrida em dezembro; e ii) o crescimento de R\$ 3,8 bilhão (239,0%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente da apuração semestral desse imposto sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com recolhimento nos meses de junho e dezembro, nos termos da Lei nº 10.892/2004.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 142,1 milhões (-1,7%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações: i) crescimento de R\$ 1,0 bilhão (51,9%) nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações; ii) aumento de R\$ 579,7 milhões nas Concessões, referente à 3ª parcela da concessão da Ferrovia Norte-Sul; iii) diminuição de R\$ 1,1 bilhão (113,6%) em outras receitas, devido, entre outros fatores, à reclassificação de R\$ 797 milhões para IRPJ e IPI; iv) redução de R\$ 329,8 milhões (23,8%) na arrecadação de CPSS; e v) queda de R\$ 319,8 milhões (10,8%) na arrecadação de dividendos.

Os investimentos cresceram 38,0% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 23,1%.

Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,17 p.p. no déficit previdenciário.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

O aumento da arrecadação em dezembro frente ao mês anterior decorre principalmente da arrecadação atípica do PIS/Pasep, do IRPJ e da CSLL.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	NOV/10	DEZ/10
Impostos	24.532,9	32.025,3
Imposto de Renda	16.133,7	23.328,1
IPI	3.922,7	4.182,3
Outros	4.476,5	4.514,9
Contribuições	21.111,0	27.162,8
Cofins	12.833,4	13.473,2
CPMF	17,4	10,3
CSLL	2.991,9	4.119,8
Cide - Combustíveis	677,6	660,9
Outras	4.590,6	8.898,6
Demais	8.508,1	8.366,0
Cota parte	1.119,5	1.146,6
Diretamente Arrecadada	2.016,8	3.064,1
Dividendos da União	2.961,6	2.641,8
Concessões	14,2	593,9
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	2.396,0	919,6
Total Bruto	54.152,0	67.554,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Em 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no ano, compensações de débitos ocorridos em 2009, alteração de legislação tributária e a cessão onerosa de exploração de petróleo à Petrobras.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,67% do PIB no período de janeiro a dezembro de 2010, dos quais 8,11% correspondem à arrecadação de impostos, 6,83% à de contribuições e 4,74% às demais receitas.

Na comparação com 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 149,7 bilhões (26,3%), passando de R\$ 569,8 bilhões para R\$ 719,5 bilhões. Esse crescimento deveu-se fundamentalmente: i) à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; ii) compensações nos pagamentos de Cofins, PIS e CIDE, nos doze meses de 2009, mediante utilização de créditos oriundos de pagamentos a maior; iii) aumento das alíquotas de IOF para 6% por meio dos Decretos nºs 6.983/2009, 7.011/2009, 7.323/2010 e 7.330/2010; e iv) à receita decorrente da cessão onerosa de exploração de petróleo à Petrobras apurada no mês de setembro.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 21,8 bilhões (18,5%) na Cofins e de R\$ 8,8 bilhões (27,7%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, aos determinantes a seguir: i) crescimento de 14,4% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) acréscimo significativo de PIS/Cofins incidente sobre as importações; iii) arrecadação extraordinária de PIS/Pasep em função de depósito judicial efetuado por entidade financeira, no valor de R\$ 4,0 bilhões, em dezembro de 2010; iv) transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a Conta Única em outubro, novembro e dezembro de 2009, em conformidade com a Medida Provisória nº 468/2009; v) quitação de débitos em atraso, em novembro e dezembro de 2009, em decorrência principalmente da edição da Lei nº 11.941/2009; vi) realização de compensações de pagamentos indevidos ou a maior, de janeiro a novembro de 2009; e vii) desonerações (principalmente antecipação de aproveitamento de créditos) promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- crescimento de R\$ 9,6 bilhões (10,4%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 7,6 bilhões (14,7%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 13,2% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a novembro/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009 e da alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; e ii) ao aumento de R\$ 1,3 bilhão (5,5%) do IRRF – Rendimentos do Capital.
- incremento de R\$ 9,2 bilhões (30,0%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	258.170,3	296.455,4
Imposto de Renda	191.596,5	208.201,3
IPI	30.752,6	39.990,5
Outros	35.821,2	48.263,6
Contribuições	212.514,0	249.829,5
Cofins	117.886,0	139.689,6
CPMF	284,8	119,0
CSLL	44.236,7	45.928,3
Cide - Combustíveis	4.828,4	7.738,2
Outras	45.278,1	56.354,3
Demais	99.161,7	173.246,1
Cota parte	19.412,0	24.420,7
Diretamente Arrecadada	23.533,7	27.362,6
Dividendos da União	26.683,0	22.414,5
Concessões	3.091,4	1.159,4
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.907,6
Outras	26.441,5	23.082,3
Total Bruto	569.846,0	719.530,9

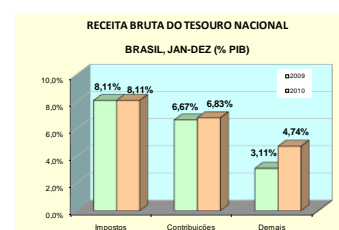
¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 41,4% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 8,9% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 11,8% na taxa média de câmbio; iii) IPI – Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento de decendial para mensal, em maio de 2009, estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas em junho de 2009, conforme Decreto nº 6.809/2009; e iv) IPI – Outros, devido ao crescimento de 11,7% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a novembro/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.

- d) crescimento de R\$ 7,4 bilhões (38,2%) na arrecadação do IOF, refletindo: i) o aumento da alíquota deste imposto nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro para aplicação no mercado financeiro e de capitais, nos termos dos Decretos nºs 6.983/2009, 7.011/2009, 7.323/2010 e 7.330/2010; e ii) o crescimento de 16,9% no volume das operações de crédito.
- e) elevação de R\$ 5,0 bilhões (31,2%) no Imposto de Importação (II), decorrente principalmente da conjugação dos itens a seguir: i) elevação de 41,4% no valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 6,6% na alíquota média efetiva deste imposto; e iii) redução de 11,8% na taxa média de câmbio.
- f) crescimento de R\$ 4,6 bilhões (5,4%) no IRPJ e de R\$ 1,7 bilhão (3,8%) na CSLL, desempenho esse explicado por: i) pagamento do ajuste, que terminou no mês de março de 2010 e reflete o desempenho da economia no ano de 2009; ii) transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a conta única da União, em 2009, conforme Medida Provisória nº 468/2009 e Portaria MF nº 510/2009; iii) arrecadações extraordinárias, de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, realizadas por instituições financeiras em abril e julho de 2009; iv) aumento significativo na arrecadação do lucro presumido, decorrente do aumento no volume de vendas de dezembro/2009 a setembro/2010; e v) pagamentos de IRPJ e CSLL ocorridos em novembro de 2009, por força da Lei nº 11.941/2009.
- g) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (60,3%) na CIDE – Combustíveis, devido a: i) compensações realizadas em 2009; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- h) crescimento de R\$ 2,4 bilhões (16,3%) na arrecadação de IRPF, refletindo: i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009, devido ao crescimento da massa salarial, de 16,4%

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,11%	8,11%
Imposto de Renda	6,02%	5,69%
IPI	0,97%	1,09%
Outros	1,12%	1,32%
Contribuições	6,67%	6,83%
Cofins	3,70%	3,82%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,39%	1,26%
Cide - Combustíveis	0,15%	0,21%
Outras	1,42%	1,54%
Demais	3,11%	4,74%
Cota parte	0,51%	0,67%
Diretamente Arrecadada	0,74%	0,75%
Dividendos da União	0,54%	0,61%
Concessões	0,10%	0,03%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	2,05%
Outras	0,83%	0,63%
Total Bruto	17,89%	19,67%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



em 2009, e ao reajuste da tabela de incidência desse imposto; e ii) o crescimento do item “ganhos líquidos em bolsa”.

- i) crescimento de R\$ 1,5 bilhão (15,2%) na arrecadação do salário-educação, refletindo, entre outros fatores, o crescimento da massa salarial no período.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 74,1 bilhões (74,7%), em relação ao ano de 2009, decorrente dos seguintes fatores:

- a) ingresso de R\$ 74,8 bilhões referentes à cessão onerosa de exploração de petróleo para a Petrobras.
- b) acréscimo de R\$ 5,0 bilhões (25,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo.
- c) crescimento de R\$ 3,8 bilhões (16,3%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações;
- d) incremento de R\$ 1,2 bilhão (13,0%) no recolhimento da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público – CPSS, devido à reestruturação de carreiras dos servidores públicos federais.
- e) decréscimo de R\$ 4,6 bilhões (26,5%) em outras receitas, decorrente, dentre outros fatores, de itens ocorridos em novembro de 2009 sem correspondência em 2010: i) depósitos judiciais e extrajudiciais anteriores à Lei nº 9.703/98, transferidos da Caixa para o Tesouro Nacional, em conformidade com a Lei nº 12.099/2009 e as Portarias MF nºs 510/2009 e 531/2009; ii) pagamentos referentes aos parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.941/2009 e pela MP nº 470/09; e iii) primeira parcela do crédito-prêmio do IPI, conforme Portaria MF nº 470/2009.
- f) redução de R\$ 4,3 bilhões (16,0%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.
- g) redução de R\$ 1,9 bilhão (62,5%) nas receitas oriundas de concessões, explicada: i) pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias; ii) pela arrecadação de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão (realizado em outubro de 2007) de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul; e iii) pelo recolhimento, em setembro de 2009, de R\$ 1,1 bilhão relativo a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, todos sem correspondência em 2010.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	99.161,7	173.246,1
Cota parte	19.412,0	24.420,7
Plano do Servidor (CPSS)	9.239,8	10.442,9
Diretamente Arrecadada	23.533,7	27.362,6
Dividendos da União	26.683,0	22.414,5
Concessões	3.091,4	1.158,4
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.807,6
Outras	17.201,7	12.639,4

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2009	2010
Petrobras	5.333,9	3.222,1
Banco do Brasil	2.277,0	3.277,9
CEF	2.565,3	3.940,0
BNDES	14.450,1	10.125,3
Eletrobrás/outros ¹	815,2	657,7
ECT	392,6	57,8
IRB	207,0	114,8
Serpro	10,0	-
BASA	101,3	71,0
FND	24,9	66,0
BNB	137,3	299,2
Demais	368,4	582,6
Total	26.683,0	22.414,5

¹ Inclui valor referente à cessão onerosa de crédito da Eletrobrás conforme MP nº 478/2009

Em dezembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 16,7 bilhões, contra R\$ 12,6 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de R\$ 4,1 bilhões (32,2%). Esse comportamento deve-se às seguintes explicações: i) acréscimo de R\$ 4,7 bilhões (49,3%) frente a novembro nas transferências constitucionais, que alcançaram R\$ 14,1 bilhões, como impacto da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de novembro, com reflexo nas transferências de dezembro; ii) aumento de R\$ 487,5 milhões nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002, explicada pelo repasse da 4ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, com base na Medida Provisória nº 501/2010; e iii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (36,0%) nas demais transferências a Estados e Municípios, em decorrência da queda de R\$ 1,1 bilhão (56,4%) no repasse referente aos *royalties* recolhidos pela União.

No acumulado de 2010, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 13,0 bilhões (10,2%), elevando-se de R\$ 127,7 bilhões em 2009 para R\$ 140,7 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 8,2 bilhões (8,4%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; ii) crescimento de R\$ 3,3 bilhões (26,8%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iii) aumento de R\$ 813,6 milhões (14,2%) nas transferências decorrentes do salário-educação, explicado, entre outros fatores, pelo crescimento da massa salarial no período; e iv) incremento de R\$ 813,3 milhões (84,5%) nas transferências da CIDE, devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009).

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,4 bilhões contra R\$ 34,8 bilhões relativamente a novembro, verificando-se acréscimo de R\$ 4,6 bilhões (13,2%). Contribuíram para este resultado os aumentos de R\$ 3,7 bilhões (25,0%) nas despesas de pessoal e encargos sociais e de R\$ 805,7 milhões (4,1%) nas de custeio e capital.

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 15,0 bilhões no mês de novembro para R\$ 18,7 bilhões em dezembro – variação de R\$ 3,7 bilhões (25,0%) –, em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

Os gastos com custeio e capital cresceram R\$ 805,7 milhões (4,1%) em relação ao mês anterior. Este resultado decorreu principalmente do crescimento das outras despesas de custeio e capital em R\$ 823,2 milhões (5,5%) e dos subsídios e subvenções econômicas em R\$ 158,0 milhões (172,5%). Por outro lado, houve re-

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Nov	Dez
Terceiro Decêndio	13.088,9	11.357,6
Primeiro Decêndio	1.912,5	7.285,8
Segundo Decêndio	5.743,5	6.649,7
Total	20.744,9	25.293,1

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/10	DEZ/10
Constitucionais (IR/IPI/outras)	9.476,3	14.144,6
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	650,0
Demais	3.000,0	1.919,2
Total	12.638,8	16.713,8

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outras)	3,06%	2,89%
CIDE-Combustíveis	0,03%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,12%	0,11%
Demais	0,79%	0,80%
Total	4,01%	3,85%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/10	DEZ/10
Pessoal e Encargos	14.974,2	18.724,0
Custeio e Capital	19.717,1	20.522,8
Despesas do FAT	2.651,2	2.474,4
Subsídios e Subvenções	91,6	249,6
LOAS/RMV	1.900,8	1.902,1
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0
Outras	15.073,5	15.896,7
Transferência ao Bacen	105,8	139,4

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

dução das despesas com desembolsos do FAT em R\$ 176,8 milhões (6,7%). As despesas com LOAS aumentaram R\$ 1,3 milhão (0,1%) em relação ao mês anterior.

O dispêndio do FAT foi de R\$ 2,5 bilhões em dezembro, contra R\$ 2,7 bilhões no mês anterior. Essa redução refere-se ao pagamento de menos parcelas do abono salarial, conforme o calendário de pagamento referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011) definido pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Houve desembolso de R\$ 317,0 milhões com abono salarial, caracterizando redução de R\$ 764,2 milhões (70,7%) em relação a novembro, enquanto as despesas com seguro-desemprego aumentaram em R\$ 525,2 milhões (33,6%).

Quanto aos subsídios e subvenções econômicas, o aumento decorreu principalmente da execução do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que passou do retorno líquido de R\$ 358,8 milhões em novembro para dispêndio de R\$ 10,9 milhões no mês atual (103,0%). Em contraponto, houve redução nos seguintes programas: i) Aquisições do Governo Federal (AGF), cujo retorno líquido passou de R\$ 38,1 milhões em novembro para R\$ 203,1 milhões em dezembro (433,4%); ii) Sustentação de Preços, com queda de R\$ 52,4 milhões (52,1%); iii) Fundo da Terra/Incra, com redução de R\$ 37,1 milhões (75,3%); iv) Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passou de gasto de R\$ 0,7 milhões em novembro para o retorno líquido de R\$ 29,3 milhões em dezembro (redução de 30,0 milhões); e v) Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), com declínio de R\$ 26,9 milhões (66,0%). Por outro lado, as subvenções aos Fundos Regionais cresceram R\$ 96,0 milhões em dezembro (variação de 32,4%).

Nas outras despesas de custeio e capital, destaca-se o acréscimo dos seguintes itens: i) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com aumento de R\$ 823,2 milhões (46,0%) em relação ao mês de novembro; e ii) despesas com os Poderes Legislativo e Judiciário, com elevação de R\$ 180,8 milhões (32,7%). Por outro lado, as despesas de crédito extraordinário registraram queda de R\$ 294,0 milhões (28,4%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 12,09% do PIB até dezembro de 2010, contra 10,81% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 97,8 bilhões (28,4%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 82,9 bilhões (43,3%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 14,8 bilhões (9,8%) nos gastos com pessoal e encargos sociais.

Nos dispêndios com a folha salarial houve redução de 0,21 p.p. em relação ao PIB, passando de 4,76 p.p. em 2009 para 4,55 p.p. do PIB em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU os gastos cresceram nominalmente 8,4%, enquanto no Poder Executivo o incremento foi de 11,7%. O pagamento de

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	NOV/10	DEZ/10
Agricultura	-203,7	-111,6
Custeio Agropecuário	0,0	0,0
Investimento Rural	0,2	0,9
Preços Agrícolas	62,5	-154,9
- EGF	0,0	0,0
- AGF	-38,1	-203,1
- Sustent. de preços	100,6	48,2
Pronaf	-358,8	10,9
Pesa	40,8	13,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	49,2	12,1
FUNCAFÉ	2,4	5,6
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-0,9	-31,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,6	-1,8
Exportação (Proex)	0,7	-29,3
Total	-204,7	-142,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV/10	DEZ/10
Sentenças Judiciais	33,8	43,0
Legislativo	97,8	158,8
Judiciário	455,7	575,6
Crédito Extraordinário ¹	1.034,7	740,8
PAC ²	1.787,7	2.610,9
Outras ³	486,0	589,3
Discricionárias	11.177,7	11.198,4
d/q Min. da Saúde	4.601,5	4.055,8
Min. do Des. Social	1.390,0	1.228,4
Min. da Educação	1.629,4	1.688,4
Min. da Defesa	1.101,8	2.529,8
Min. da Ciência e Tec.	481,4	590,0
Min. do Des. Agrário	148,7	122,6
Min. da Justiça	181,0	277,2
Min. da Previdência	167,1	220,6
Min. dos Transportes	97,2	131,7
Min. das Cidades	114,9	81,9
Demais	1.264,6	271,9
Total	15.073,5	15.896,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

precatórios e sentenças judiciais de pessoal totalizou R\$ 4,6 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,9 bilhões no mesmo período de 2009, redução de 22,6%.

Os gastos com custeio e capital cresceram, passando de 6,02 p.p. para 7,51 p.p. do PIB (aumento de 1,49 p.p.). Esse crescimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) despesa equivalente a 1,17 p.p. do PIB decorrente da capitalização da Petrobras; ii) incremento de 0,28 p.p. nas outras despesas de custeio e capital; iii) aumento de 0,05 p.p. do PIB nos gastos com subsídios e subvenções econômicas; iv) aumento de 0,01 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e v) redução de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 30,3 bilhões em 2010, contra R\$ 27,4 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de R\$ 2,9 bilhões ou 10,7%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas alcançaram R\$ 7,8 bilhões em 2010, contra R\$ 5,2 bilhões no mesmo período de 2009. Esse aumento de R\$ 2,7 bilhões (51,2%) decorreu, em grande medida, da diminuição dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 23,3 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009 (99,5%). Adicionalmente, no período, houve elevação das despesas dos seguintes programas: i) Sustentação de Preços (R\$ 433,4 milhões, 46,8%); ii) Custeio Agropecuário (R\$ 290,9 milhões, 146,9%); iii) Investimento Rural (R\$ 86,6 milhões, 99,6%); e iv) Empréstimos do Governo Federal – EGF (R\$ 77,2 milhões, 670,7%). Por outro lado, registrou-se redução nos seguintes programas: i) Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 1,3 bilhão, 53,7%); ii) Pronaf (R\$ 848,9 milhões, 93,8%); iii) Habitação – PSH (R\$ 193,3 milhões, 100,0%); iv) Proex (R\$ 150,9 milhões, 329,0%); e v) Fundo da Terra/Inkra (R\$ 126,1 milhões, 14,6%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 3,3 bilhões (17,4%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo de 12,0% e 9,7% nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e também pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos em 8,0% no exercício de 2010, se comparado a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

DESPESES DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,81%	12,09%
Pessoal e Encargos	4,76%	4,55%
Custeio e Capital	6,02%	7,51%
Despesas do FAT	0,86%	0,83%
Subsídios e Subvenções ¹	0,16%	0,21%
LOAS/RMV	0,59%	0,61%
Capitalização da Petrobras	0,00%	1,17%
Outras	4,40%	4,68%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	5.800,0	4.387,4
Custeio Agropecuário	198,0	488,8
Investimento Rural	-87,0	-0,3
Preços Agrícolas	3.348,5	2.563,3
- EGF	11,5	88,7
- AGF	2.411,4	1.115,6
- Sustent. de preços	925,6	1.359,0
Pronaf	904,6	55,7
Pesa	458,5	458,4
Cacau	0,8	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Inkra	864,9	738,7
FUNCAFÉ	53,0	82,7
Revitaliza	58,7	0,0
Outros	-4.008,4	-128,3
Habitação (PSH)	193,3	0,0
FND	-4.247,6	-23,3
Exportação (Proex)	45,9	-105,0
Total	1.791,6	4.259,1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
² Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.740,4	2.362,9
Legislativo/Judiciário	5.497,4	6.664,8
Crédito Extraordinário ¹	2.806,4	8.599,6
PAC ²	17.934,8	22.082,0
Outras ³	1.478,1	2.859,3
Disciononárias	110.577,9	128.627,6
d/q Min. da Saúde	47.887,9	51.744,5
Min. do Des. Social	13.957,1	16.565,4
Min. da Educação	13.333,7	18.829,9
Min. da Defesa	9.656,9	12.882,1
Min. da Ciência e Tec.	3.877,2	4.445,9
Min. do Des. Agrário	2.206,9	2.191,2
Min. da Justiça	2.602,1	2.938,7
Min. da Previdência	1.565,3	2.121,8
Min. dos Transportes	1.068,9	1.078,7
Min. das Cidades	1.047,5	1.264,8
Demais	13.374,3	14.564,6
Total	140.034,9	171.196,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Programa de Aceleração do Crescimento.

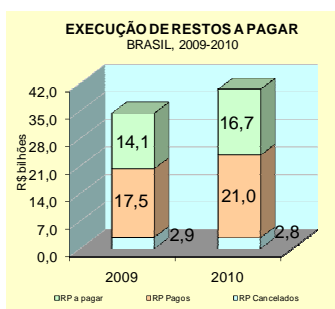
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.017/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2010						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
dez/01	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
dez/02	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
dez/03	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
dez/04	1.898.903	16%	821.288	31%	1.077.615	7%
dez/05	2.173.634	14%	1.002.778	22%	1.170.856	9%
dez/06	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	7%
dez/07	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
dez/08	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
dez/09	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
dez/10	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 47,1 bilhões, incremento de 38,0% em relação ao exercício de 2009.

As outras despesas de custeio e capital cresceram R\$ 31,2 bilhões (22,3%) em 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se as seguintes rubricas: i) despesas discricionárias, com aumento de R\$ 18,0 bilhões (16,3%); ii) créditos extraordinários, com aumento de R\$ 5,8 bilhões (206,4%); iii) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com elevação de R\$ 4,1 bilhões (23,1%); iv) Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (403,5%); e v) gastos no âmbito do Legislativo e Judiciário, com incremento de R\$ 1,2 bilhão (21,2%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões), da Defesa (R\$ 3,2 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 2,6 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 568,7 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 47,1 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 13,0 bilhões (38,0%) em relação ao ano de 2009. Adicionalmente, cumpre salientar o incremento de R\$ 622,5 milhões (35,8%) nas despesas com precatórios e sentenças judiciais de custeio.



O montante pago de restos a pagar (RP) de janeiro a dezembro de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 21,0 bilhões, equivalentes a 55,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 55,4% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 10,3 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 43,5% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,7 bilhões), da Saúde (R\$ 4,3 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,6 bilhões), destacando-se os projetos de: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 1,7 bilhão); Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 580,8 milhões); Readequação das

Universidades Federais – Reuni (R\$ 529,1 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 320,6 milhões); Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 293,8 milhões); Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Água e Esgoto (R\$ 243,1 milhões); e Construção, Implantação e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares (R\$ 134,3 milhões).

Em dezembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 3,5 bilhões, contra um déficit de R\$ 4,4 bilhões em novembro (elevação de R\$ 7,9 bilhões). O aumento da arrecadação deveu-se, principalmente, às contribuições incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas aos trabalhadores ocorrido em dezembro, enquanto a elevação dos gastos previdenciários se explica pelo pagamento da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. O déficit previdenciário de 2010, em termos nominais, manteve-se em nível praticamente idêntico ao do ano anterior.

Previdência Social

Em dezembro de 2010, a Previdência Social registrou superávit de R\$ 3,5 bilhões. No entanto, durante o ano acumulou um déficit de R\$ 42,9 bilhões, equivalente a 1,17% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	17.920,1	30.523,7	182.008,4	211.968,4
Arrecadação Bruta	19.919,1	32.416,0	201.172,2	234.252,0
- Contribuição Previdenciária	17.979,4	30.251,4	183.110,0	212.557,5
- Simples	1.746,5	1.873,9	13.501,0	19.032,8
- CFT	45,1	57,0	765,1	547,0
- Depósitos Judiciais	137,0	222,8	3.573,9	1.985,5
- Refis	11,2	11,0	222,2	129,3
(-) Restituição/Devolução	-170,7	-58,4	-554,7	-739,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.828,3	-1.833,9	-18.609,1	-21.544,2
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	22.344,6	27.048,9	224.876,4	254.858,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.424,4	3.474,8	-42.867,9	-42.890,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,35%	-1,17%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 30,5 bilhões em dezembro, apresentando aumento de R\$ 12,6 bilhões (70,3%) frente aos ingressos líquidos de novembro. Esse aumento foi decorrente da arrecadação total das contribuições previdenciárias sobre a folha salarial relativas ao 13º salário. Em relação a 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 30,0 bilhões (16,5%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	182.008,4	211.968,4	16,5%
Urbano	177.444,3	207.154,0	16,7%
Rural	4.564,1	4.814,4	5,5%
Benefícios	224.876,4	254.858,6	13,3%
Urbano	175.831,8	199.386,0	13,4%
Rural	49.044,6	55.472,6	13,1%
Res. Primário	-42.867,9	-42.890,2	0,1%
Urbano	1.612,5	7.768,0	381,7%
Rural	-44.480,5	-50.658,1	13,9%

Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e novembro de 2010 foi 13,2% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

Em 2010, o déficit previdenciário atingiu R\$ 42,9 bilhões, valor similar ao de 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,35% em 2009 para 1,17% em 2010.

As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 27,0 bilhões em dezembro, apresentando aumento de R\$ 4,7 bilhões (21,1%) em relação a novembro. Essa elevação se explica sobretudo pelo pagamento, em dezembro, da segunda e última parcela do abono equivalente à gratificação de Natal a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo.

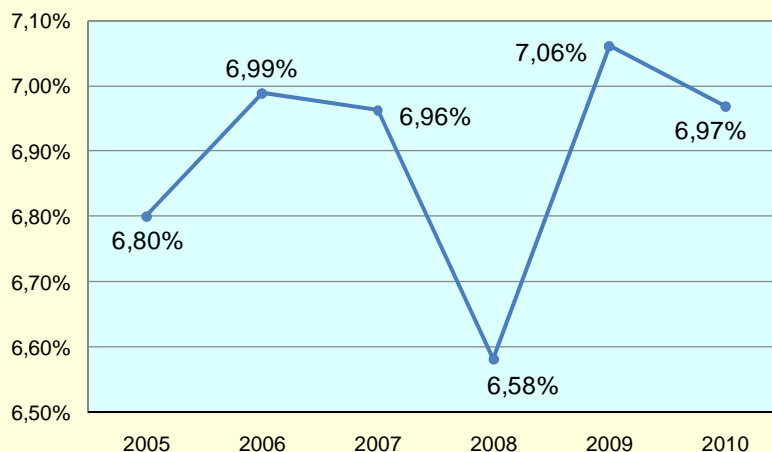
No acumulado de 2010, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 30,0 bilhões (13,3%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 62,61 (8,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 741,2 mil (3,2%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais em 2010 registrou um aumento de R\$ 722,7 milhões (11,1%) em relação a 2009.

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,03 p.p. por ano, passando de 6,99% do PIB em 2006 para 6,97% do PIB em 2010.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,80% do PIB; em 2010, correspondem a 6,97%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,03 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2005-2010 (% do PIB) - janeiro a dezembro



No estoque de benefícios de 2010, comparado ao de 2009, destacam-se os aumentos de 565,6 mil aposentadorias (3,8%) e de 175,6 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 14,4 mil benefícios de auxílio-doença (1,1%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,2	23,9	3,2%
Valor médio RGPS**	715,3	777,9	8,8%

 (*) em milhões
 (**) em R\$ 1,00

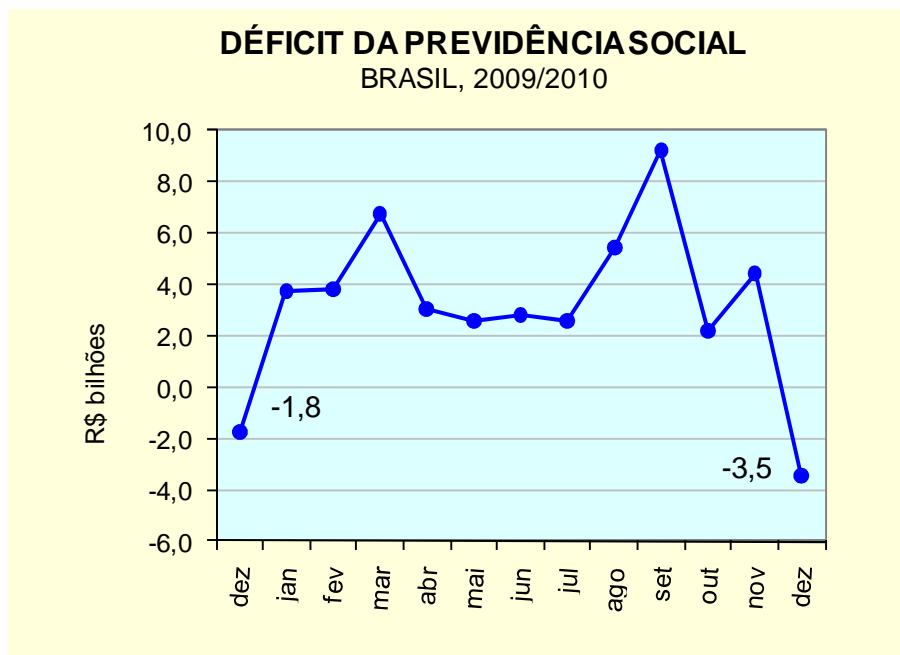
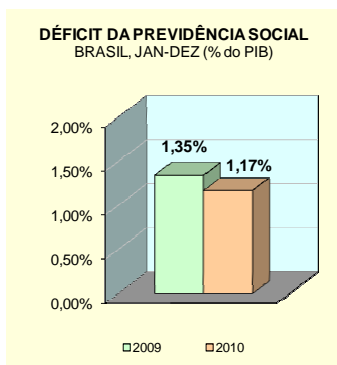
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2009-2010

	Em mil benefícios			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	24.341	24.427	23.173	23.915
Previdenciários	23.517	23.599	22.371	23.114
Aposentadorias	15.559	15.606	14.785	15.344
Idade	8.135	8.162	7.687	8.013
Invalidez	2.953	2.958	2.871	2.930
Tempo de contribuição	4.471	4.487	4.227	4.401
Pensão por morte	6.617	6.631	6.368	6.545
Auxílio-Doença	1.208	1.229	1.103	1.097
Salário - maternidade	74	73	65	72
Outros	59	59	49	56
Acidentários	824	828	803	800
Aposentadorias	166	166	157	163
Pensão por morte	126	125	127	126
Auxílio - doença	180	183	168	160
Auxílio - acidente	281	281	274	278
Auxílio - suplementar	72	72	77	73

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,71%	5,80%
Urbano	5,57%	5,66%
Rural	0,14%	0,13%
Benefícios	7,06%	6,97%
Urbano	5,52%	5,45%
Rural	1,54%	1,52%
Res. Primário	-1,35%	-1,17%
Urbano	0,05%	0,21%
Rural	-1,40%	-1,39%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,08 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários caíram 0,09 p.p. em relação a 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,17% do PIB, 0,17 p.p. menor que o registrado no ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 897,3 bilhões em dezembro, o equivalente a 23,4% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 7,9 bilhões, em termos nominais, consequência da redução de 6,5 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 1,4 bilhão na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve diminuição de 0,3 p.p no mês.

Em dezembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 897,3 bilhões, o equivalente a 23,4% do PIB, reduzindo-se em 2,6 p.p em relação a dezembro de 2009.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 DEZ	2010 NOV	2010 DEZ
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	724.440	814.043	807.507
I.1. Dívida Interna	2.037.585	2.260.351	2.297.926
I.2. Haveres Internos	1.313.145	1.446.308	1.490.420
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	98.744	91.184	89.790
II.1. Dívida Externa	98.974	91.429	90.097
II.2. Haveres Externos	231	245	307
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	823.184	905.227	897.297
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	25,9%	23,7%	23,4%

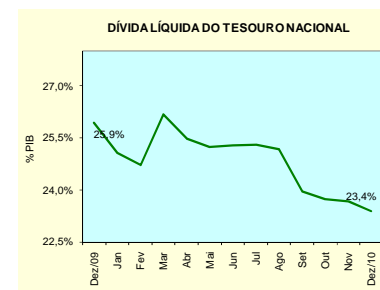
(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,6 p.p, passando de 25,9% em dezembro de 2009 para 23,4% em dezembro de 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 74,1 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 83,1 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 9,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de dezembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 807,5 bilhões, o equivalente a 21,0% do PIB. A diminuição de R\$ 6,5 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela elevação de R\$ 37,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta, superada pelo crescimento de R\$ 44,1 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, teve decréscimo de 1,8 p.p., passando de 22,8% para 21,0%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 724,4 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 807,5 bilhões em dezembro de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 260,3 bilhões no estoque


Dívida Interna Líquida

da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 177,3 bilhões nos haveres internos.

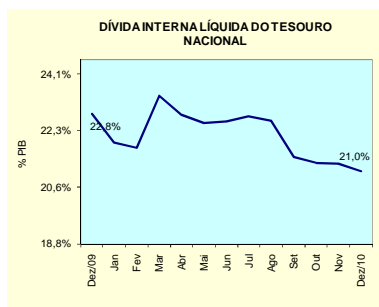


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA INTERNA	2.037.585	2.260.351	2.297.926
I.1. Dívida Mobiliária	2.016.627	2.245.990	2.283.877
DPMFi em Poder do Público ¹	1.398.415	1.574.922	1.603.940
DPMFi em Poder do Banco Central	637.815	694.817	703.203
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(19.603)	(23.750)	(23.266)
I.2. Demais Obrigações Internas	20.957	14.361	14.050
II. HAVERES INTERNOS	1.313.145	1.446.308	1.490.420
II.1. Disponibilidades Internas	406.470	380.559	418.714
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	437.365	465.283	471.705
II.3. Haveres da Administração Indireta	220.960	237.126	234.556
II.4. Haveres Administrados pela STN	248.349	363.341	365.445
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	724.440	814.043	807.507
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,8%	21,3%	21,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

A Dívida Interna Líquida reduziu 1,8 p.p. do PIB em comparação a dezembro de 2009.

Título	BRASIL, 2009/2010		
	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	DEZ	NOV	DEZ
Em Poder do Público	1.398	1.575	1.604
LFT	500	521	522
LTN	247	338	355
NTN-B	330	366	374
NTN-C	58	64	65
NTN-F	224	250	254
Demais ¹	39	36	35
Aplic. em Tít. Púb.	-20	-24	-23
Na carteira do BCB	638	695	703
Total	2.017	2.246	2.284
% PIB	63,5%	58,7%	59,5%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em dezembro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 37,9 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, houve crescimento de 0,8 p.p.). Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 12,0 bilhões ocorrida no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 25,4 bilhões. Em relação a dezembro do ano anterior, houve aumento de R\$ 267,2 bilhões em termos nominais e redução de 4,0 p.p. em proporção do PIB, passando de 63,5% para 59,5% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento de R\$ 29,0 bilhões, associado a emissão líquida de R\$ 12,0 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 17,0 bilhões. Na carteira do Banco Central, o aumento foi de R\$ 8,4 bilhões, devido e à apropriação de juros.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de LTN no montante de R\$ 16,3 bilhões e de NTN-B em R\$ 8,0 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, DEZ/2010

Título	Saldo Nov/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Dez/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.574,9	48,1	(36,12)	17,0	1.603,9
LFT	521,0	10,3	(14,31)	4,7	521,7
LTN	338,5	13,8	(0,97)	3,4	354,7
NTN-B	366,0	19,2	(16,25)	5,1	374,1
NTN-C	63,7	0,0	(0,00)	1,0	64,7
NTN-F	249,9	1,0	(0,01)	2,7	253,6
Demais ¹⁴	35,9	3,8	(4,58)	0,1	35,2
Na carteira do BCB	694,8	0,0	0,00	8,4	703,2
Total	2.269,7	48,1	(36,12)	25,4	2.307,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 44,1 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a elevação de R\$ 38,2 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 6,4 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, de R\$ 2,1 bilhões nos haveres administrados pela STN e redução de R\$ 2,6 bilhões nos haveres da administração indireta.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 6,7 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de novembro foi de 1,6%.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 2,1 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica, de R\$ 503,3 milhões naqueles decorrentes de operações estruturadas e redução de R\$ 518,1 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

Quanto aos haveres da administração indireta, a redução foi de R\$ 2,6 bilhões. Foi verificado redução de R\$ 4,2 bilhões nos saldos dos Fundos Diversos e crescimento de R\$ 1,7 bilhão nos haveres do FAT.

Em dezembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 89,8 bilhões, contra R\$ 91,2 bilhões em novembro. Houve redução de R\$ 1,4 bilhão em termos nominais e a variação em relação ao PIB foi de 0,1 p.p. Essa

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2009/2010

Discriminação	R\$ bilhões		
	2009 DEZ	2010 NOV	2010 DEZ
Lei 9.496/97	316,4	344,4	350,1
MP 2.185/01	50,3	54,8	55,8
Lei 8.727/93	37,6	34,2	33,9
Antecipação de Royalties	11,2	10,2	10,4
Bônus Renegociados	6,1	5,4	5,2
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	15,8	16,2	16,3
Total	437,4	465,3	471,7
% PIB	13,8%	12,2%	12,3%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2009/2010

Entidade	R\$ bilhões		
	2009 DEZ	2010 NOV	2010 DEZ
FAT	140,7	146,0	147,7
Fundos Regionais	51,2	57,5	57,5
Demais	29,1	33,6	29,4
Total	221,0	237,1	234,6

Dívida Externa Líquida

redução reflete a variação cambial no montante de R\$ 1,0 bilhão, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 619,4 milhões e o resgate líquido de R\$ 937,0 milhões, ocorrido no mês.

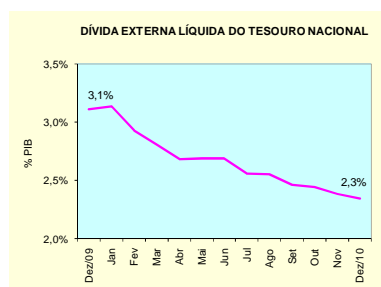


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010
	DEZ	NOV	DEZ
I. DÍVIDA EXTERNA	98.974	91.429	90.097
I.1. Dívida Mobiliária	78.905	72.024	69.394
Euro	9.382	6.643	6.634
Global US\$	58.668	53.080	50.355
Global BRL	10.634	12.139	12.247
Demais	220	162	158
I.2. Dívida Contratual	20.070	19.406	20.703
Organismos Internacionais	16.855	16.608	16.870
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.214	2.798	3.833
II. HAVERES EXTERNOS	231	245	307
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	231	245	307
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	98.744	91.184	89.790
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,1%	2,4%	2,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em dezembro de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 89,8 bilhões, equivalentes a 2,3% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,8 p.p. do PIB.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 9,0 bilhões, passando de R\$ 98,7 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 89,8 bilhões em dezembro de 2010. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, DEZ/2010

R\$ milhões

Discriminação	Estoque Nov/10	Fatores de Variação				Estoque Dez/10
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	72.024	0	(2.316)	523	(838)	69.394
Global US\$	53.080	0	(2.277)	360	(808)	50.355
Euro	6.643	0	(0)	54	(63)	6.634
Global BRL	12.139	0	0	108	0	12.247
Demais	162	0	(38)	1	33	158
Dívida Contratual	19.406	1.738	(360)	96	(177)	20.703
Org. Internacionais	16.608	882	(204)	45	(461)	16.870
Bancos Priv./Ag. Gov.	2.798	856	(155)	51	283	3.833
Total	91.429	1.738	(2.675)	619	(1.015)	90.097

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 77,0% (R\$ 69,4 bilhões); e a dívida contratual representa 23,0% (R\$ 20,7 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Dezembro 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Dez/2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2010
I. RECEITA TOTAL	79.647,5	73.901,3	57.112,3	62.552,4	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3
I.1. Receitas do Tesouro	53.797,3	59.663,6	41.706,2	46.494,7	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3
I.1.1. Receita Bruta	56.927,9	60.490,8	42.035,3	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1
- Impostos	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3
- Contribuições	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8
- Demais ¹	12.276,0	8.168,8	7.022,8	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2
I.3. Receitas do Banco Central	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0
II.4. Demais	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	65.751,3	63.250,7	44.159,1	53.537,5	66.966,1	51.548,4	50.484,8	60.000,3	57.808,4	129.343,9	62.337,8	58.452,5	81.205,5
IV. DESPESA TOTAL	63.830,6	49.381,4	45.340,2	58.091,4	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.764,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	18.729,2	13.954,1	14.852,3	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.105,8	3.830,3	4.136,1	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5
IV.3. Custeio e Capital	22.657,2	17.126,2	13.930,7	19.935,4	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.522,8
IV.3.1. Despesa do FAT	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4
- Abono e Seguro Desemprego	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7
- Demais Despesas do FAT	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	249,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	392,3
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	18.384,6	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7
- Outras Despesas de Custeio	11.411,9	10.287,2	6.816,8	10.875,4	10.933,7	11.726,1	9.413,2	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5	11.355,2	8.612,3
- Outras Despesas de Capital ⁶	6.972,7	2.859,9	2.581,6	4.071,8	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4
IV.5. Despesas do Banco Central	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.920,7	13.869,2	-1.181,2	-4.553,9	16.599,7	-505,0	668,0	779,0	4.005,5	26.018,2	7.797,3	1.028,7	14.440,7
VI.1. Tesouro Nacional	232,5	17.585,7	2.569,6	2.288,5	19.692,4	2.123,9	3.517,8	3.390,7	9.506,6	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.813,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	3.474,8
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	6.418,0	-233,7	31,8	-1.847,6	876,6	1.223,3	1.168,4	1.186,3	-749,6	-4.558,8	1.692,9	193,3	8.783,1
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-4.661,5	-3.474,7	-3.812,9	-4.878,8	-3.888,4	-3.812,8	-3.946,7	-3.751,9	-4.666,0	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3
VI.3. Banco Central ⁹	-68,3	-8,0	30,3	-116,0	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5	13,6	-117,3	-151,8	152,6
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	24,2	155,5	0,0	3,6	60,4	150,8	148,5	146,8	125,2	141,9	121,1	164,2	139,7
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-109,6	-486,9	480,2	638,0	-132,0	-1.077,2	-70,8	-313,0	-672,9	-566,7	-685,5	462,0	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	1.835,3	13.537,9	-701,0	-3.912,3	16.528,2	-1.431,4	745,7	612,8	3.457,9	25.593,5	7.233,0	1.654,9	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-11.793,9	-11.757,5	-8.150,6	-10.698,7	-9.473,7	-10.874,5	-7.159,0	-13.208,7	-12.589,3	-9.393,9	-8.998,6	-11.631,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-9.958,6	1.780,3	-8.851,6	-14.611,0	7.054,5	-12.305,9	-6.413,3	-12.595,9	-9.131,4	16.199,6	-1.765,6	-9.976,1	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3
RMV ²	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao

valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras

(GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Dez/2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2010
I. RECEITA TOTAL	79.647,5	73.901,3	57.112,3	62.552,4	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3
I.1. Receitas do Tesouro	53.797,3	59.663,6	41.706,2	46.494,7	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3
I.1.1. Receita Bruta	56.927,9	60.490,8	42.035,3	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1
I.1.1.1. Impostos	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3
IR	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1
IR - Pessoa Física	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5
IR - Pessoa Jurídica	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9
IR - Retido na Fonte	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1
IRRF - Rendimentos do Capital	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0
IRRF - Remessas ao Exterior	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5
IRRF - Outros Rendimentos	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1
IPI	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3
IPI - Fumo	305,4	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2
IPI - Bebidas	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1
IPI - Automóveis	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9
IPI - Vinculado a importação	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0
IPI - Outros	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0
IOF	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.274,9	2.351,6	2.549,3
Imposto de Importação	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1
Outros	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5
I.1.1.2. Contribuições	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8
COFINS	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2
CPMF	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3
CSLL	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8
CIDE-Combustíveis	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9
Pis/Pasep	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8
Salário Educação	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1
Outras	372,5	462,8	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7
I.1.1.3. Demais	12.276,0	8.168,8	7.022,8	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0
CPSS ¹	971,1	783,9	762,4	761,2	773,1	790,4	766,5	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2
Cota parte de compensações financeiras	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6
Diretamente arrecadadas	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1
Concessões	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9
Dividendos	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0
Outras	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5
I.1.2. (-) Restituições	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7
Urbana	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5
Rural	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2
I.3. Receitas do Banco Central	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6
II.2. Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0
II.4. Demais	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2
II.4.1. Salário Educação	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0
II.4.3. Fundef/Fundeb	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6
II.4.4. Outras	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2010
I. DESPESA TOTAL	63.830,6	49.381,4	45.340,2	58.091,4	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.764,8
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0
I.2. Benefícios Previdenciários	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	18.729,2	13.954,1	14.852,3	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.105,8	3.830,3	4.136,1	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5
I.3. Custeio e Capital	22.657,2	17.126,2	13.930,7	19.935,4	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.522,8
I.3.1. Despesa do FAT	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	249,6
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7
Equalização de custeio agropecuário	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	4,3	448,6	0,0	0,0	0,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9
Política de preços agrícolas	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0
Equalização Aquisições do Governo Federal	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1
Garantia à Sustentação de Preços	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2
Pronaf	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0
Concessão de Financiamento ⁵	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9
Proex	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6
Concessão de Financiamento ⁵	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1
Funcafé	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8
Capitalização à Emgea	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	392,3
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	18.384,6	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4
Legislativo	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8
Judiciário	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	262,1	339,3	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.478,4	1.066,8	1.215,6	1.750,2	1.392,4	1.755,2	1.828,1	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	236,0	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3
I.3.5.6. Discricionárias	12.798,4	10.840,1	7.535,3	11.916,8	9.648,2	11.080,7	10.204,1	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4
I.5. Despesas do Banco Central	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3
RMV ⁷	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Dez/2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	93.506,6	52.555,0	68.644,6	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.798,6	62.136,1	73.263,8	73.289,8	67.718,2	80.502,3	108.491,5
I.1 - Recolhimento Bruto	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2
I.5 - Receita do Salário Educação	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	74.712,9	84.376,8	68.288,0	74.816,2	66.089,0	74.219,6	76.455,3	71.999,1	87.370,1	64.938,1	71.387,8	86.341,4	80.653,6
II.1 - Liberações Vinculadas	16.982,1	13.153,4	15.870,4	11.562,3	13.653,5	16.978,4	13.743,5	11.936,3	15.004,4	13.036,2	15.414,3	16.410,9	19.513,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.399,4	1.842,5	3.033,4	1.443,0	1.890,7	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8
II.2 - Liberações Ordinárias	57.730,8	71.223,4	52.417,7	63.253,9	52.435,4	57.241,2	62.711,8	60.062,8	72.365,7	51.901,9	55.973,5	69.930,4	61.140,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.850,2	15.031,1	13.015,2	16.132,8	13.966,1	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3
i) Dívida Contratual Interna	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3
ii) Dívida Contratual Externa	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	14.284,9	25.171,6	21.956,8	22.756,9	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	21.422,6	12.712,1	13.211,2	15.005,0	16.801,8	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	18.793,8	-31.821,8	356,6	-12.312,8	1.867,8	-937,2	-13.656,6	-9.863,0	-14.106,3	8.351,7	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4	47.784,6	35.096,9	47.304,3	20.936,5	23.959,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7
V. DESPESAS	27.351,7	83.287,1	1.777,3	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.678,8	46.687,0	35.197,1	36.140,3	42.237,3	5.699,1	14.036,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6
V.1.2 - Dívida Contratual	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0	13.135,1	310,4	8.495,5	16.701,6	9.952,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	107.748,2	-114.520,2	35.986,3	42.794,2	5.512,8	20.946,7	-25.230,1	-20.462,7	-13.083,6	31.272,6	4.621,1	10.348,5	41.662,1

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Dez/2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8	6.638,7	23.964,3	3.223,7	3.680,0	3.901,2
I.1. Emissão de Títulos	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	7.928,6	45.000,0	2.000,0	0,0	15.700,0	2.995,2	0,0	35.027,0	18.203,4	0,0	0,0	2.729,8	0,0
II.1. Resgate de Títulos	5.857,9	36.000,0	0,0	0,0	14.000,0	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	2.070,7	9.000,0	2.000,0	0,0	1.700,0	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0
III. RESULTADO (I - II)	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/09	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	724.439,9	711.371,8	721.828,9	787.551,2	781.781,6	792.885,9	803.862,7	817.622,1	827.005,7	798.941,5	801.837,8	814.042,8	807.506,7
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0
DPMFi em Poder do Banco Central	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3
Demais Obrigações Internas	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7
I.2. HAVERES INTERNOS	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.490.419,8
Disponibilidades Internas	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	418.713,6
Haveres junto aos Governos Regionais	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5
Haveres da Administração Indireta	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	234.556,1
Haveres Administrados pela STN	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1	93.168,9	91.501,1	91.954,7	91.184,1	89.790,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7
Dívida Mobiliária	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7
Dívida Contratual	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	823.183,6	813.006,5	818.857,5	882.030,2	873.682,9	887.361,1	899.405,4	909.537,2	920.174,6	890.442,7	893.792,5	905.226,9	897.296,8
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	25,9%	25,1%	24,7%	26,2%	25,5%	25,2%	25,3%	25,3%	25,2%	24,0%	23,7%	23,7%	23,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/09	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10
I. DÍVIDA INTERNA	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0
LFT	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3
LTN	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4
NTN-B	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8
NTN-C	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5
NTN-F	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2
Dívida Securitizada	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3
Demais Títulos em Poder do Público	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0
LFT	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1
LTN	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7
II. DÍVIDA EXTERNA	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7
Euro	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9
Global US\$	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6
Global BRL	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1
Demais Títulos Externos	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0
Organismos Multilaterais	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5	2.277.659,7	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	67,3%	63,3%	63,1%	63,9%	65,3%	64,8%	64,1%	63,1%	62,3%	62,0%	61,8%	61,5%	62,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/09	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/10
I. HAVERES INTERNOS	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.490.419,8
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	418.713,6
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5
Bônus Renegociados	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3
Antecipação de Royalties	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	234.556,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6
Fundos Constitucionais Regionais	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	57.466,5
Fundos Diversos	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6
Haveres de Operações Estruturadas	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0
Haveres Originários de Privatizações	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4
Haveres de Legislação Específica	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8
Demais Haveres Administrados pela STN	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8
II. HAVERES EXTERNOS	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.614,1	1.270.603,2	1.364.385,8	1.391.194,1	1.382.821,1	1.358.941,2	1.357.485,1	1.411.641,1	1.432.674,0	1.446.553,8	1.490.726,4
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	41,4%	38,2%	38,4%	37,7%	39,8%	39,6%	38,9%	37,8%	37,1%	38,0%	38,1%	37,8%	38,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO DEZEMBRO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	256.305,5	37.453,3	37.453,3	3.735,2	25.503,2	29.238,4	173.279,2	55.342,5	55.342,5	10.361,2	30.667,8	41.029,0
Senado Federal	43.377,9	16.266,2	16.266,2	7.789,9	7.484,4	15.274,3	45.063,0	28.091,1	28.091,1	8.434,7	8.058,7	16.493,4
Tribunal de Contas da União	39.779,8	37.377,5	37.377,5	7.540,1	11.953,8	19.493,9	56.673,7	54.142,5	54.142,5	21.138,5	28.882,8	50.021,3
Supremo Tribunal Federal	64.313,8	54.860,7	54.860,7	5.832,6	55.556,0	61.388,6	50.445,1	26.535,5	26.535,5	4.954,3	9.756,6	14.710,9
Superior Tribunal de Justiça	23.716,2	23.527,1	23.527,1	6.604,5	7.801,4	14.406,0	8.879,2	8.277,7	8.277,7	6.130,3	16.904,3	23.034,6
Justiça Federal ³	266.390,6	433.554,2	433.554,2	269.008,3	120.760,3	389.768,6	369.640,7	594.240,2	594.240,2	349.317,6	141.988,0	491.305,5
Justiça Militar	10.287,7	9.042,1	9.042,1	4.487,1	3.962,2	8.449,3	9.740,8	7.696,7	7.696,7	4.630,9	4.001,0	8.631,9
Justiça Eleitoral	442.470,1	426.295,4	426.295,4	91.212,5	146.697,3	237.909,8	558.018,8	485.289,1	485.289,1	148.662,0	334.909,3	483.571,3
Justiça do Trabalho	204.501,0	198.452,7	198.452,7	54.105,0	135.392,6	189.497,5	227.515,3	209.325,8	209.325,8	69.629,2	112.386,8	182.016,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	58.908,9	56.136,8	56.136,8	15.494,0	16.426,1	31.920,1	57.638,1	54.692,7	54.692,7	9.258,6	37.866,9	47.125,4
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	78.550,3	74.520,6	74.520,6	4.595,7	39.267,4	43.863,2
Presidência da República ⁴	2.438.678,8	1.863.898,9	1.863.898,9	544.361,7	686.652,8	1.231.014,5	2.134.077,7	1.655.080,6	1.655.080,6	455.481,0	821.342,8	1.276.823,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	492.504,8	269.721,3	269.721,3	23.188,5	32.137,5	55.326,1	700.202,2	331.231,9	331.231,9	75.034,7	251.285,5	326.320,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.133.942,4	1.042.891,2	1.042.893,0	187.670,8	502.009,3	689.680,0	1.508.666,6	1.159.655,4	1.159.655,4	150.289,4	488.715,9	639.005,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.399.117,8	1.154.359,4	1.154.359,4	624.102,0	448.278,3	1.072.380,3	1.812.894,3	1.460.671,4	1.460.671,4	578.140,1	361.937,9	940.078,0
Ministério da Fazenda	1.296.855,6	1.058.923,7	1.058.923,7	74.390,9	53.654,7	128.045,6	1.452.377,6	531.019,3	531.019,3	90.919,1	196.715,0	287.634,0
Ministério da Educação	5.831.553,6	4.692.070,9	4.692.070,9	1.298.066,9	1.780.341,5	3.078.408,4	7.440.236,8	6.224.936,1	6.224.936,1	2.661.707,0	3.418.200,6	6.079.907,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	245.653,0	69.383,8	69.383,8	18.752,4	14.901,3	33.653,6	301.103,6	69.500,6	69.500,6	25.587,5	14.686,5	40.274,0
Ministério da Justiça	936.003,2	665.741,6	665.746,9	198.726,7	475.051,6	673.778,3	1.307.486,9	711.426,1	711.426,1	218.887,6	390.988,6	609.876,2
Ministério de Minas e Energia	68.885,1	54.568,9	54.568,9	21.643,9	15.669,7	37.313,6	184.750,2	51.398,4	51.398,4	18.342,6	25.179,2	43.521,9
Ministério da Previdência Social	812.729,9	443.627,6	443.627,6	24.478,5	107.922,6	132.401,1	186.469,0	156.599,4	156.599,4	35.157,5	326.422,5	361.580,0
Ministério Público da União	171.962,8	140.429,6	140.429,6	14.410,0	127.455,9	141.865,9	199.610,0	161.524,2	161.524,2	36.998,3	106.449,5	143.447,8
Ministério das Relações Exteriores	131.416,0	45.286,6	45.286,6	41.168,1	1.760,5	42.928,6	163.000,0	104.433,9	104.433,9	103.124,0	3.357,7	106.481,7
Ministério da Saúde	4.345.814,2	3.448.205,8	3.448.205,8	407.748,1	1.316.503,4	1.724.251,5	4.706.980,1	3.187.534,0	3.187.534,0	632.206,9	1.675.550,3	2.307.757,2
Ministério do Trabalho e Emprego	67.315,2	38.070,6	38.070,6	10.218,2	12.853,2	23.071,4	53.687,5	27.003,1	27.003,1	6.560,4	26.885,0	33.445,5
Ministério dos Transportes	12.559.354,5	10.598.696,5	10.598.696,5	4.158.348,1	4.835.528,9	8.993.876,9	16.444.267,5	14.184.278,2	14.184.278,2	6.523.278,5	6.285.339,6	12.808.618,1
Ministério das Comunicações	114.151,8	36.850,3	36.850,3	2.000,3	24.720,3	26.720,6	392.599,3	350.256,6	350.256,6	5.267,8	31.528,3	36.796,1
Ministério da Cultura	207.900,1	129.051,4	129.051,4	20.550,8	57.248,8	77.799,6	437.798,9	204.947,1	204.947,1	50.789,4	57.685,1	108.474,5
Ministério do Meio Ambiente	111.359,1	67.666,3	67.666,3	12.303,5	34.687,2	46.990,7	255.799,7	106.966,0	106.966,0	70.789,1	38.270,7	109.059,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.130.885,9	1.564.953,4	1.564.953,4	824.318,1	468.915,6	1.293.233,8	2.314.634,8	1.126.943,5	1.126.943,5	576.440,6	526.374,9	1.102.815,4
Ministério do Esporte	1.031.339,1	690.660,9	690.660,9	2.541,2	195.068,7	197.609,9	1.294.528,7	585.853,7	585.853,7	16.793,5	278.164,8	294.958,3
Ministério da Defesa	7.142.665,4	5.566.727,3	5.566.727,3	3.208.376,2	1.482.979,5	4.691.355,7	9.969.743,1	8.929.960,8	8.929.960,8	5.685.597,1	2.279.829,7	7.965.426,8
Ministério da Integração Nacional	5.659.061,7	4.603.737,2	4.603.737,2	1.309.445,4	2.221.226,3	3.530.671,7	7.172.786,2	5.435.633,9	5.435.633,9	2.268.981,6	2.513.143,2	4.782.124,8
Ministério do Turismo	2.090.875,0	1.723.844,0	1.723.844,0	32.398,0	441.687,2	474.085,2	3.111.162,2	1.615.827,6	1.615.827,6	85.101,4	615.572,6	700.674,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	319.573,9	190.073,7	190.073,7	110.494,4	57.300,4	167.794,7	365.917,9	311.591,8	311.591,8	163.656,5	83.385,1	247.041,7
Ministério das Cidades	8.704.383,3	7.459.137,1	7.459.137,1	1.922.492,6	2.652.638,8	4.575.131,3	8.035.808,8	5.423.488,4	5.423.488,4	1.509.408,3	2.735.908,7	4.245.317,0
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	421.342,1	129.101,4	129.101,4	52.555,9	53.482,9	106.038,8
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	1.976,9	1.976,9	1.206,9	-	1.206,9
TOTAL	60.854.033,7	48.911.543,7	48.911.550,8	15.558.004,5	18.578.731,2	34.136.735,7	74.007.148,6	55.836.994,6	55.836.994,6	22.735.415,8	24.371.092,1	47.106.507,9

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Investimentos Financeiros (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 12 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

DEZEMBRO / 2010

Comentários

Em dezembro de 2010 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 56,6%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, este montante inclui o repasse adicional de 1% do FPM instituído pela Emenda Constitucional 55 de 2007, sem considerar esse repasse adicional de R\$ 2.229.764,4 (mil), a variação foi positiva de 26%. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 11.433.836,7 (mil), ante R\$ 7.302.208,8 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dez/2010	Dez/2010	Jan a Dez/2010
						Nov/2010	Dez/2009	Jan a Dez/2009	
FPM	3.647.945,9	6.033.658,5	40.001.030,8	3.734.084,1	6.936.392,4	43.068.937,2	85,8%	15,0%	7,7%
FPE	3.485.814,8	3.758.789,3	36.206.411,4	3.568.124,7	4.497.444,3	39.024.096,6	26,0%	19,7%	7,8%
IPI-Exp	182.642,1	265.128,4	2.263.212,7	278.841,9	327.817,2	2.948.406,9	17,6%	23,6%	30,3%

Observações: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Os valores do FPM de dezembro e acumulados no ano (2009 e 2010) incluem a parcela da Emenda Constitucional 55/2007

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
DEZEMBRO	+ 6 %	+ 26 %	+ 6 %	+ 26 %	+ 8 %	+ 17,6 %

*Observação: Para o FPM a variação mensal indicada não considerou o crédito em dezembro referente à parcela da Emenda Constitucional 55/2007

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JAN/DEZ*	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM* / FPE / FNE / FNO / FCO	- 10,0 %	+ 6,5 %	- 17,0 %
IPI - EXP	- 11,0 %	+ 0,3 %	- 9,8 %

*Observação: Na previsão da variação de janeiro em relação a dezembro, para o FPM, apenas os créditos ordinários foram considerados, não inclui o efeito da parcela da Emenda Constitucional 55/2007

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2010 a 20/12/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	2.746.993	8.610.639	11.357.631	DEZ/1º DEC	1.953.513	2.044.374	219.759	4.217.646
DEZ/1º DEC	878.205	7.262.376	8.140.581	DEZ/2º DEC	1.400.180	1.465.305	70.256	2.935.741
DEZ/2º DEC	472.518	6.177.202	6.649.720	DEZ/3º DEC	1.143.752	1.196.950	37.801	2.378.503
TOTAL	4.097.715	22.050.217	26.147.932	TOTAL	4.497.444	4.706.628	327.817	9.531.889
Emenda Constitucional 55/2007 FPM 1% Creditado em 09/12/2010					2.229.764			
TOTAL FPM					6.936.392			

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Na arrecadação bruta encontram-se incluídas receitas do IR no valor de R\$ 51.135,9 (mil) e de IPI no valor de R\$ 6.439,6 (mil), decorrentes da classificação dos Depósitos Judiciais regidos pela Lei nº 9.703/1998, recolhidos nos códigos 7525 e 7961, no período entre julho e novembro de 2010, o crédito aos fundos foi realizado em 20/12/2010;
- Também estão incluídas na arrecadação bruta acima receitas de IR no valor de R\$ 651.653,9 (mil) e de IPI no valor de R\$ 145.582,3 (mil), decorrentes de por classificação por estimativa prevista na Portaria MF nº 232/09 efetuada pela Receita Federal do Brasil nas receitas arrecadadas no período de março a junho/2010, o crédito aos fundos foi realizado em 20/12/2010.
- O crédito do FPM referente à Emenda Constitucional 55/2007 teve como base a arrecadação líquida de IR de R\$ 186.467.554 (mil) e de IPI de R\$ 36.508.872 (mil) classificada no período de 01/12/2009 a 30/11/2010.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	34.343,9	153.857,6	33,6
ALAGOAS	AL	165.061,9	187.098,2	884,3
AMAZONAS	AM	102.498,7	125.496,7	3.534,4
AMAPÁ	AP	24.601,8	153.452,8	345,8
BAHIA	BA	631.218,3	422.588,9	16.921,0
CEARÁ	CE	361.915,1	329.973,0	2.709,8
DISTRITO FEDERAL	DF	11.613,9	31.041,4	423,9
ESPÍRITO SANTO	ES	119.367,0	67.461,7	15.662,7
GOIÁS	GO	253.231,4	127.866,8	5.115,5
MARANHÃO	MA	288.770,5	324.634,5	3.393,8
MINAS GERAIS	MG	909.229,3	200.338,7	43.381,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	105.591,9	59.906,0	3.117,2
MATO GROSSO	MT	128.068,7	103.796,5	4.053,6
PARÁ	PA	252.570,7	274.883,8	17.887,7
PARAÍBA	PB	224.080,3	215.378,1	585,4
PERNAMBUCO	PE	348.275,7	310.332,7	1.934,6
PIAUI	PI	183.832,2	194.352,6	113,5
PARANÁ	PR	470.566,9	129.670,3	28.885,0
RIO DE JANEIRO	RJ	209.584,9	68.707,5	51.726,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	174.787,9	187.898,7	476,9
RONDÔNIA	RO	60.991,5	126.630,0	630,5
RORAIMA	RR	21.359,5	111.568,1	21,8
RIO GRANDE DO SUL	RS	470.168,7	105.905,8	39.139,0
SANTA CATARINA	SC	269.080,4	57.558,3	21.019,2
SERGIPE	SE	100.855,5	186.882,3	163,0
SÃO PAULO	SP	916.189,6	44.974,4	65.563,4
TOCANTINS	TO	98.536,2	195.189,1	93,6
TOTAL		6.936.392,4	4.497.444,3	327.817,2

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br

